

O AGRAVAMENTO DA DESIGUALDADES DOS RENDIMENTOS EM PORTUGAL ENTRE 2015 E 2017, A MISÉRIA CRESCENTE DOS DESEMPREGADOS E O AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES NO ACESSO À SAÚDE DEVIDO ÀS DIFICULDADES DO SNS

A Autoridade Tributária e Aduaneira acabou de publicar as estatísticas do IRS referentes ao período 2015-2017 (*infelizmente o Ministério de Vieira da Silva continua a não publicar a Conta da Segurança Social – Parte II de 2017 e ninguém na Assembleia da República parece importar-se com esta falta de transparência e com esta intenção de ocultar a situação dos reformados*). E essas estatísticas revelam que a desigualdade na repartição dos rendimentos em Portugal se agravou entre 2015 e 2017, com o atual governo, conforme mostra o quadro seguinte.

Quadro 1 – Rendimentos brutos declarados para efeitos de IRS e sua repartição por escalões

ESCALÕES DE RENDIMENTO EM EUROS	2015			2016			2017		
	Número de agregados	Rendimento Bruto - Milhões€	Rendimento médio anual do agregado	Número de agregados	Rendimento Bruto - Milhões€	Rendimento médio anual do agregado	Número de agregados	Rendimento Bruto - Milhões€	Rendimento médio anual do agregado
01 - [0 A 5.000 [793 388	2 036	2 566 €	744 923	1 868	2 507 €	718 643	1 796	2 499 €
02 - [5.000 A 10.000 [1 544 012	11 603	7 515 €	1 536 298	11 658	7 588 €	1 534 136	11 794	7 688 €
03 - [10.000 A 13.500 [686 587	7 963	11 598 €	713 129	8 271	11 598 €	750 179	8 698	11 595 €
04 - [13.500 A 19.000 [666 016	10 650	15 990 €	687 843	11 000	15 993 €	708 246	11 336	16 006 €
05 - [19.000 A 27.500 [575 497	13 083	22 733 €	602 145	13 704	22 758 €	632 429	14 393	22 758 €
06 - [27.500 A 32.500 [181 129	5 404	29 833 €	190 224	5 678	29 849 €	204 196	6 090	29 825 €
07 - [32.500 A 40.000 [183 937	6 613	35 954 €	191 700	6 898	35 985 €	202 917	7 303	35 993 €
08 - [40.000 A 50.000 [143 604	6 385	44 461 €	152 614	6 794	44 517 €	162 417	7 236	44 551 €
09 - [50.000 A 100.000 [198 000	13 088	66 099 €	211 279	14 003	66 276 €	223 331	14 810	66 314 €
10 - [100.000 A 250.000 [34 030	4 556	133 877 €	38 202	5 141	134 572 €	40 932	5 538	135 305 €
11 - [250.000 A *** [2 452	1 096	447 162 €	2 794	1 229	439 711 €	3 217	1 436	446 294 €
Nº vezes que rendimento do escalão mais elevados é superior ao do escalão mais baixo (coluna a amarelo, nas outras é a SOMA)	5 008 652	82 475	174,3	5 071 151	86 243	175,4	5 180 643	90 430	178,6

FONTE: Dossier Estatístico de IRS 2015-2017- AT - Autoridade Tributária e Aduaneira - Ministério das Finanças

No quadro anterior constam os rendimentos declarados pelos portugueses para efeitos de pagamento de IRS, que inclui as remunerações dos trabalhadores, as pensões dos reformados e aposentados, e todos os restantes rendimentos (prediais, de capitais, mais valias, etc.). Os rendimentos do trabalho mais o de pensões representam, segundo a AT, cerca de 90% dos rendimentos declarados para efeitos de IRS, o que mostra bem a dimensão da fuga ao pagamento de IRS pelas outras categorias (do capital) assim como as isenções de que gozam os rendimentos de capitais e outros no nosso país.

A análise dos dados divulgados pela Autoridade Tributária revela que, em 2015, o rendimento médio dos agregados com rendimentos mais elevado (acima de 250.000€ por ano) era superior ao rendimento médio bruto dos agregados do escalão mais baixo (rendimento até 5000€ por ano) em 174,3 vezes e, em 2017, aumentou para 178,6 vezes (o do escalão mais elevado é 178,6 vezes superior ao do escalão mais baixo). É evidente o agravamento da distribuição dos rendimentos no nosso país revelado pelos próprios dados oficiais.

O AUMENTO DO IRS FOI MAIOR NOS RENDIMENTOS MAIS BAIXOS DO QUE NOS MAIS ELEVADOS

Outro agravamento da injustiça revelado pelos dados da Autoridade Tributária é o de um aumento maior, em termos percentuais, do IRS pago (liquidado) pelos rendimentos mais baixos

Quadro 2 – Variação do IRS pago por escalões entre 2015 e 2017

ESCALÕES DE RENDIMENTO LIQUIDADO - Em euros	IRS médio liquidado/pago por escalão			Variação % 2015-2017
	2015	2016	2017	
01 - [0 A 5.000 [900 €	958 €	1 053 €	16,9%
02 - [5.000 A 10.000 [527 €	506 €	495 €	-6,2%
03 - [10.000 A 13.500 [722 €	736 €	732 €	1,5%
04 - [13.500 A 19.000 [1 239 €	1 297 €	1 318 €	6,4%
05 - [19.000 A 27.500 [2 243 €	2 300 €	2 300 €	2,5%
06 - [27.500 A 32.500 [3 856 €	3 847 €	3 856 €	0,0%
07 - [32.500 A 40.000 [5 683 €	5 653 €	5 631 €	-0,9%
08 - [40.000 A 50.000 [7 909 €	7 925 €	7 933 €	0,3%
09 - [50.000 A 100.000 [14 947 €	15 144 €	15 247 €	2,0%
10 - [100.000 A 250.000 [42 207 €	42 451 €	43 062 €	2,0%
11 - [250.000 A *** [192 025 €	189 550 €	195 861 €	2,0%

FONTE: Dossier Estatístico de IRS 2015-2017- AT - Autoridade Tributária e Aduaneira - Ministério das Finanças

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

Segundo os dados do Ministério das Finanças, entre 2015 e 2017, o IRS médio pago no escalão até 5000€/ ano aumentou em 16,9%, enquanto o IRS médio pago no escalão de valor mais alto, superior a 250.000€ a subida foi apenas de 2%. É mais um dado oficial que confirma o aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos no nosso país mesmo 2015/17.

O AUMENTO DA MISÉRIA DOS DESEMPREGADOS: apenas 32 em cada 100 recebe subsídio

O governo e os seus defensores nos media têm-se multiplicado em afirmações sobre a redução do desemprego em Portugal, procurando assim esconder a dura realidade de centenas de milhares de desempregados que continuam a existir no nosso país, e da falta de apoio crescente dado aos desempregados, para assim obter a redução do défice orçamental com o qual Mario Centeno e António Costa têm “brilhado” em Bruxelas, ou seja, à custa de miséria de muitos portugueses. O quadro seguinte mostra o numero de desempregados existentes no nosso país, e o reduzido numero dos que recebem subsidio de desemprego.

Quadro 3- O total de desempregados e os que recebem subsidio de desemprego

PORTUGAL	Valor trimestral - Milhares		
	1ºTrim.-2018	4ºTrim.-2018	1ºTrim.-2019
1- Desempregados (nº oficial)	410,1	349,1	353,6
2-Inativos disponíveis mas que não procuram emprego (desempregados não considerados no nº oficial)	199,6	178,7	177,0
3- DESEMPREGO REAL (1+2)	609,7	527,8	530,6
4-DESEMPREGADOS E RECEBER SUBSIDIO	188,2	173,8	168,9
TAXA COBERTURA SUB.DESEMPREGO (4 : 3)	30,9%	32,9%	31,8%
5-SUBSIDIO MÉDIO DE DESEMPREGO	487,4 €	496,7 €	494,2 €

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego - 1.º trimestre de 2019

Os dados do INE, contrariam a propaganda oficial, pois mais de meio milhão de portugueses – precisamente 530.600 – encontravam-se desempregados no fim do 1º Trimestre de 2019. E apenas 168.900, ou seja, menos de 32 em cada 100 é que recebiam o subsídio de desemprego. E o subsídio médio era apenas de 494,2€ pouco superior ao valor do IAS que é 435,76€. Tal facto determina que a percentagem de desempregados na miséria tenha aumentado mesmo com o atual governo como provam os dados do INE no quadro seguinte.

Quadro 4- Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, segundo a condição perante o trabalho, Portugal, 2014-2017

Ano de referência	2015	2016	2017
CAUSAS DA POBREZA EM PORTUGAL	Total	Total	Total
Empregado	10,9%	10,8%	9,7%
Sem emprego	25,4%	25,1%	24,8%
Desempregado	42,0%	44,8%	45,7%
EU-SILC	2016	2017	2018

FONTE: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento -INE

Quando o atual governo tomou posse 42% dos desempregados (255,8 mil) viviam na pobreza; em 2017 aquela percentagem aumentou para 45,7% (242,5 mil). Portanto, apesar do desemprego ter diminuído os desempregados na miséria não diminuíram na mesma proporção.

AS DIFICULDADES CRESCENTES NO SNS ESTÃO A AGRAVAR AINDA MAIS AS DESIGUALDADES

As dificuldades crescentes que enfrenta o SNS, devido ao subfinanciamento crónico que reduziu drasticamente o investimento e promoveu a promiscuidade dos profissionais que trabalham simultaneamente no SNS e no setor privado porque o setor publico não lhes oferece nem remunerações nem carreiras dignas em troca da exclusividade que é urgente implementar para defender o SNS, está a causar a falta de profissionais no SNS que associada a uma gestão ineficiente do SNS acarreta desperdícios de meios e subutilização de equipamentos, e dificuldades crescentes aos portugueses no acesso a cuidados de saúde, fazendo explodir o negócio privado de saúde. Enquanto isto acontece, os partidos de esquerda no lugar de se unirem para resolver estes problemas graves do SNS que afetam os portugueses e estão a provocar a sua destruição e o florescimento do negócio privado de saúde, desentendem-se em relação às PPP e às taxas moderadoras que, embora sejam problemas, são menores para os portugueses em relação àqueles. Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt , 29-6-2019